

## Editorial

Este número da Revista Cidades: Comunidades e Territórios envolve várias problemáticas, todas elas de grande actualidade mas que versam sobre mudanças sociais diferentes onde se integram também diferentes autores e perspectivas.

Uma problemática central relaciona-se com as novas formas de “governança”, isto é de cooperação entre actores – públicos e privados no accionamento das políticas públicas e engloba desde logo quatro textos de cariz diferente.

Já perfeitamente integrada nas novas formas de fazer, a governança confronta-se com a complexidade crescente das formas de organização social, a pulverização dos interesses e corporações, que aliada à fragmentação e divisão crescente dos poderes decisórios do Estado tem vindo a transformar profundamente as formas de accionamento das políticas públicas. Estes processos estão ligados à necessidade de fazer frente a um ambiente mutável mas também, e muito especialmente, à necessidade de garantir equilíbrios no interior de sistemas sociais sujeitos a contínuas mudanças e fracturas de grande instabilidade que colocam em “alto risco” indivíduos, grupos e comunidades.

As relações políticas tornaram-se cada vez mais importantes e os agentes públicos introduzem sistemas de intercâmbio de informações, de negociações, que, através do confronto e da mediação de interesses produzem decisões onde anteriormente funcionavam mecanismos autoritários de normas e de poder. De alguma forma, se poderá afirmar que a inovação deste início do século, é a interacção e cooperação programadas entre actores com vista a atingir objectivos concertados. De facto, as políticas públicas são hoje entendidas, em larga medida, como “sistemas de cooperação” em matéria de acção pública apelando a uma grande diversidade de agentes na sua concretização.

Estas novas formas de “participação”, transformam a intervenção nos programas sociais numa multiplicidade de ecossistemas nos quais coexistem redes de actores, nem sempre integradas, mesmo que ainda fique por clarificar os meios e as modalidades de conectar as diferentes redes e, mais

particularmente, o impacte das suas acções na coesão da sociedade. Assim, a nova problemática da “governança” emerge de uma dupla vontade: a de questionar a inépcia das políticas tradicionais e a de aproximar os mecanismos de gestão da rapidez e da flexibilidade exigível pelos processos de mudança. São formas de apelo a parceiros que ambicionam instalar na administração novas categorias de pensar e de agir que derivam do reconhecimento da complexidade crescente e da incerteza das dinâmicas económicas, sociais e territoriais.

Mas é legítimo interrogar o seu novo papel e os resultados das suas acções em cooperação. Dois dos textos da revista Cidades. Comunidades e Territórios apresentam uma avaliação destas formas de cooperação em programas públicos: o *Programa Equal* e o *Programa das Redes Sociais*.

O artigo de Manuel Pimenta, *A Auto-Avaliação nos Projectos EQUAL*, reflecte sobre a experiência de operacionalização dos dispositivos de avaliação e de auto-avaliação implementados pela Gestão do Programa EQUAL, sublinhando os principais méritos e dificuldades do modelo proposto. Por sua vez, a avaliação do *Programa Rede Social*, da autoria de Teresa Amor conduz-nos, através da experiência deste Programa, a um questionamento, tão actual quanto oportuno, sobre os desafios que se colocam a novas formas de regulação do social. Tendo por base os resultados da avaliação do Programa, a autora procura pôr em evidência que a implementação da Rede Social a nível local tendeu a extravasar o âmbito da Política Social, obrigando a questionar se as Redes Sociais locais se devem assumir, ou não, como efectivas instâncias de governança de base territorial. Ao questionar a potencial “ambição” do Programa coloca as articulações dos vários níveis territoriais – municipal, regional e nacional – como uma das questões centrais ao evoluir do programa.

Com características diferentes mas versando o mesmo tema, João Nogueira em *A Outra Face de Janus*, assinala a insuficiência de investigação e uma certa ausência de espírito crítico sobre o accionamento destas formas complexas de gestão

associadas a formações interorganizacionais. O artigo faz a leitura da bibliografia mais crítica identificando um conjunto de causas potenciais de insucesso em formas de organização em rede e a partir daí possibilitando a construção e mecanismos de rentabilização destas novas formas de fazer.

A este conjunto de textos se acrescenta uma outra vertente com reflexões, observações e recursos sobre *A Participação de Crianças e Jovens em Processos de Avaliação* que emerge no formato de Dossier. As questões da avaliação remetem frequentemente para dimensões éticas de grande sensibilidade no que diz respeito a uma grande diversidade de dimensões: à relação entre técnicos e decisores, manutenção do programa, participação do público-alvo, etc. Neste caso, a equipa responsável pela avaliação do Programa Escolhas 2.<sup>a</sup> Geração, reflecte sobre o envolvimento de crianças e jovens em processo de avaliação, um domínio ainda tenuemente explorado e que levanta princípios éticos mas também novos desafios metodológicos.

Um segundo grupo de textos centra-se em problemáticas actuais da realidade urbana, contribuindo com temas como a violência urbana, património e revitalização cultural, e família e habitat.

O artigo de Véronique Bordes e Alain Vulbeau, traz-nos uma temática de grande preocupação actual dos governos, municipalidades e cidadãos: a profunda insatisfação dos jovens da cidade em crise. No artigo *La jeunesse des Banlieues Françaises*, propõe uma reflexão sobre o lugar dos jovens dos bairros periféricos parisienses, palco dos distúrbios vividos no Outono de 2005. Desejando entender o lugar político dos jovens num processo de interacção com os responsáveis territoriais, o artigo convida a ouvir em directo as palavras dos jovens, procurando converter a experiência de populações estigmatizadas em palavras audíveis pelas responsáveis locais e nacionais.

Uma nova entrada é introduzida por Marlucci Menezes. Tendo como título *Património Urbano: por onde passa a sua salvaguarda e reabilitação?* o seu artigo toma como referência um estudo antropológico desenvolvido num bairro típico e popular

de Lisboa – a Mouraria. A proposta da autora é reflectir sobre a forma como a idealização e sobrevalorização de determinadas tradições que procuram apoiar-se num passado pensado como histórico, mas socialmente inventado e constantemente reinventado, pode promover a dinamização sociocultural mas pode, também, indirectamente, potenciar o risco da produção de espaços urbanos segregados.

Ana Cristina Ferreira traz-nos outra temática de grande actualidade: as transformações da família e dos seus modos de vida nomeadamente no que se refere à apropriação do habitat. Em *Família e Habitat* e tendo como pano de fundo as alterações demográficas verificadas em Portugal nas últimas décadas, analisa-se o grau de satisfação e aspirações dos inquiridos, residentes na Área Metropolitana de Lisboa, face ao alojamento e ao habitat, diferenciando-os de acordo com a faixa etária em que se encontram, a área de residência, a propriedade/ausência de propriedade do alojamento e o tipo de família em que se encontram inseridos.

Em forma de ensaio o texto de João Seixas convida-nos ainda a visitar *A Cidade na Encruzilhada*. O advento de um novo paradigma fortemente baseado na composição e na produção de estruturas informacionais e culturais, obriga a cidade contemporânea a desenvolver estruturas de regulação e, especialmente, estruturas de acção (sociopolítica) de sentido mais colectivo. Entre o desconforto e crise em múltiplos sistemas de governação e o surgimento de uma série de novas oportunidades sociais e políticas, jogam-se, de acordo com o autor, os novos desafios da cidade europeia contemporânea.

O painel de contributos deste n.º 11 fica preenchido com duas recensões realizadas por Isabel Guerra, à volta de memórias e de percursos contados por protagonistas de vidas marcadas por um passado ainda demasiado recente da história portuguesa: *História e Vida de um Emigrante Açoriano*, de Flávio Paiva e *Vidas na Mina, Percursos e Identidades* de Paula Rodrigues. Deixamos como sugestão de leitura...

Isabel Duarte